

1 - Qual a avaliação que o senhor faz do ano de 2009 para a empresa e o setor elétrico? Cite aspectos positivos e negativos.

Há os que ambicionam, por convicção ideológica, o desmonte do marco regulatório e a reestatização do Setor Elétrico. Outros, movidos por motivos menos nobres, almejam que o Brasil siga o exemplo argentino. Isto é, que as tarifas sejam definidas politicamente, sem qualquer preocupação com os custos da prestação do serviço. Ambos os grupos conseguiram uma importante vitória com a instalação da “CPI da Conta de Luz”. Passaram por cima daqueles que esperavam que o Congresso Nacional pudesse exercer papel mais relevante no aperfeiçoamento e sistematização das leis dedicadas ao Setor Elétrico, em particular no que diz respeito à redução e racionalização dos encargos e tributos. Penso que a constituição da CPI e a consequente criação de um ambiente de “caça às bruxas” foi o principal aspecto negativo de 2009. Por outro lado, graças à atuação de alguns parlamentares competentes e responsáveis - para citar um, o deputado Arnaldo Jardim - e também graças à madura e consistente atuação da ANEEL, essa CPI fracassou na tentativa de desidratar a regulação técnica e de transladar o tema “tarifas” para o domínio da negociação política. Esse foi o principal aspecto positivo de 2009.

2 - Quais são as perspectivas que o senhor tem para 2010? O que deve ser feito para avançar em termos de entaves do setor?

Espero que em 2010 dissemine-se a noção de que o Brasil não deve desperdiçar o seu potencial hidroelétrico. Estou otimista. Primeiro, porque o Governo cancelou o leilão A - 5 programado para dezembro. É um sinal de que o MME não aceitará mais organizar leilões quase que exclusivamente para usinas que queimam combustíveis fósseis. Leilões que depois são severamente criticados por alguns ambientalistas, como se a concentração em alternativas termoelétricas decorresse de uma opção do próprio MME, e não da dificuldade de se aprovar, sob a ótica sócio-ambiental, a construção de novas hidroelétricas. Segundo porque um número crescente de ambientalistas sente orgulho pelo fato de que significativa porção de matriz energética brasileira é, ainda que indiretamente, renovável e de origem solar. É o caso do álcool, que resulta da fotossíntese da cana de açúcar e também da hidroeletricidade, que resulta do fluir da água, dos locais altos para os baixos (o fluxo da água em direção contrária, de baixo para cima, ocorre graças à “bomba solar”, que fornece a energia para o processo de evapotranspiração).

3 - Além disso, gostaria de pedir para que listasse os temas regulatórios que estarão na pauta do setor no ano que vem, bem como os temas que merecem mais atenção por parte dos agentes.

Penso que o principal tema regulatório para 2010 é a reforma da estrutura tarifária.